





PROJETO DE LEI Nº 35

DE 7 DE mar la

DE 2013.

APROVADO PRELIMINARMENTE A PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE A COMISSÃO DE CONST., JUSTIÇA E REDAÇÃO 03 /20/3

"Declara utilidade pública a entidade que especifica."

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos constantes no art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a MISSÃO RESGATE DA PAZ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 02.574.493/0001-07, com sede no município de Goiânia-GO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, EM DE

2013.

FRANCISCO JR

Deputado Estadual







JUSTIFICATIVA

O objetivo do presente projeto é a Declaração de Utilidade Pública da MISSÃO RESGATE DA PAZ e traz em sequência toda documentação necessária para tal, preenchendo os requisitos legais para sua aquisição.

A referida entidade, ao longo dos anos de atividade, vem prestando relevantes serviços à comunidade, atuando nas áreas de prevenção contra o uso de drogas, prestar assistência à mulheres, crianças e adolescentes viciadas em drogas, álcool e ou prostituição, visando torna-las estáveis, sólidas e saudáveis.

São estas, pois, as razões pelas quais levo a presente questão para discussão e deliberação dos nobres pares, a respeito da qual, pela relevância e oportunidade da matéria, conto com o apoio dos Nobres Colegas.

FRANCISCO/JR

Deputado Estadual





Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.574.493/0001-07

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO **CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA 22/05/1998

MATRIZ

NOME EMPRESARIAL MISSAO RESGATE DA PAZ

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIMIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

94,99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO

NÚMERO

COMPLEMENTO

R C-34

S/N

QUADRA 10, LOTE 14

CEP

BAIRRO/DISTRITO

MUNICÍPIO

UF GO

74.265-240

JARDIM AMERICA

GOIANIA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

22/05/1998

SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

ATIVA

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 25/02/2013 às 17:50:29 (data e hora de Brasília).

Voltar

Página: 1/1



PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE GOIANIA 12ª VARA CRIMINAL



DECLARAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

Eu, Maria Umbelina Zorzetti, 2ª Juíza de Direito da 12ª Vara Criminal da Comarca de Goiânia, atesto que a Missão Resgate da Paz CNPJ 02.574.493/0001-07, localizada à Rua C-34, Qd 10, Lt 14 - CEP:74.265-240- Setor Jardim América, Goiânia, foi fundada no ano de 1998 e funciona regularmente nos últimos cinco anos, tendo sido visitada por minha equipe em duas ocasiões no último semestre.

Maria Umbelina Zorzetti
Juíza de Direito
Coordenadora do Programa Justiça Terapêutica

ESTATUTO DA MISSÃO RESGATE DA PAZ



TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS e OBJETIVOS.

Artigo 1°- A MISSÃO RESGATE DA PAZ, á uma Associação Assistencial Beneficente Evangélica, de caráter civil, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica própria e com duração indeterminada, com sede na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, na Rua C-34, quadra 10, lote 14, Bairro, Jardim América, CEP: 74.265-240, fundada aos 22 dias do mês de maio do ano de 1998, que tem por objetivos, atuar na área de prevenção contra o uso de drogas, prestar assistência à mulheres, crianças e adolescentes viciadas em drogas, álcool e ou prostituição, visando torná-las estáveis, sólidas e saudáveis, e reger-se-á pelo presente Estatuto, e por seu Regimento Interno.

Artigo 2°- São fins da MISSÃO RESGATE DA PAZ:

- a) Desenvolver atividades assistenciais nas áreas de um Centro de Recuperação, visando reintegrar à sociedade, especialmente pessoas do sexo feminino, através de ensino religioso à base de estudo bíblico, oração, educação moral, apoio pessoal, aconselhamento e saúde, adotando o regime de internato se necessário for, após triagem;
- b) Promover todos os meios possíveis para que as pessoas do sexo feminino sem condições econômicas ou familiares, que aprovadas na fase de triagem e se submeterem às normas do regime de internato, adquiram meios de se libertarem dos vícios, podendo, inclusive, virem acompanhadas de seus filhos menores, desde que obedecidas as normas legais vigentes;
- c) Dar assistência social a crianças, adolescentes e mulheres, através de orientação, seminários, cursos, apoio familiar, sempre visando a estruturação, ajustamento e bom funcionamento da família;
- d) Promover a obtenção de recursos financeiros para subsistência da própria instituição, podendo, inclusive, pleitear e receber ajuda de pessoas jurídicas públicas e privadas, bem como de pessoas físicas no âmbito municipal, estadual e federal;
- e) Programar atividades sócio-culturais para os assistidos através de aulas de saúde, nutrição e etiqueta, trabalhos manuais e domésticos bem como exercícios físicos;





 f) – Divulgar as experiências da MISSÃO RESGATE DA PAZ, promovendo palestras em locais públicos, escolas, universidades, etc, atuando na conscientização e prevenção ao uso de drogas.

TÍTULO II

CAPÍTULO I

DA ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Artigo 3°- A estrutura da Associação denominada MISSÃO RESGATE DA PAZ será integrada pelos seguintes órgãos:

- I Assembléia Geral;
- II Diretoria Executiva:
- III Conselho Fiscal.

CAPÍTULO II

DA ASSEMBLÉIA GERAL E SUAS ATRIBUIÇÕES

Artigo 4°- A Assembléia Geral é constituída dos associados regulamente registrados, e em dia com suas obrigações sociais, cabendo-lhes a voz e o direito ao voto, sendo os assuntos deliberados e aprovados por 50% + 1(cinqüenta por cento mais um) dos presentes, podendo ser instalada em 1° chamada com 50% + 1(cinqüenta por cento mais um) dos associados ou 30(trinta) minutos, após em 2° chamada com qualquer numero de membros. A Assembléia Geral é o órgão máximo de deliberação, sendo o seu poder de decisão soberano e abrange a todas as questões relativas. As Assembléias poderão ser Ordinárias e Extraordinárias.

Parágrafo Primeiro – As reuniões da Assembléia Geral, são dirigidas pelo Presidente da Missão Resgate da Paz, sendo convocada pelo Presidente ou por 1/5 (hum quinto) dos associados, com no mínimo 15 dias de antecedência.

Artigo 5°- A Assembléia Geral é órgão de deliberação superior e lhe compete:

- a) Eleger a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, com mandato de 02 (dois) anos com direito à reeleição;
- b) Apreciar as contas anuais da Diretoria Executiva, após exame do Conselho Fiscal;

c) – Conceder mediante proposta da Diretoria Executiva os títulos dos sócios beneméritos e honorários;







- d) Outros assuntos de interesse da MISSÃO RESGATE DA PAZ, submetidos a sua apreciação pelo Presidente, ou a requerimento de 1/5 dos sócios, fundadores e contribuintes.
- e) Destituir os administradores e alterar o estatuto com voto concorde de 2/3 (dois terços), dos presentes á Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar em 1º chamada sem a maioria absoluta dos associados ou com menos de 1/3 (hum terço) nas convocações seguintes

CAPÍTULO III

DA DIRETORIA EXECUTIVA – ATRIBUIÇÕES

Artigo 6°- A Administração da MISSÃO RESGATE DA PAZ será exercida por uma diretoria composta dos seguintes cargos:

- a) Presidente
- b) ·
- c) Vice-presidente
- d) 1° Secretário
- e) 2° Secretário
- f) 1° Tesoureiro
- g) -2° Tesoureiro
- h) Diretor Social

Artigo 7°- Compete à Diretoria Executiva:

- a) Dirigir e coordenar as atividades da Associação:
- b) Gerir recursos financeiros de acordo com os presentes estatutos;
- c) Elaborar plano orçamentário de aplicação de recursos de acordo com as normas estabelecidas pela Assembléia Geral;
- d) Aprovar e divulgar entre os associados os balancetes mensais da receita e despesa;
- e) Cumprir e fazer cumprir a determinações das Assembléias Gerais e reuniões;
- f) Elaborar o calendário das atividades dessa Associação e difundi-lo entre os seus associados;



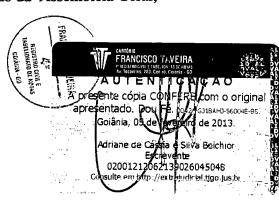


- g) Reunir-se ordinariamente a cada 02 (dois) meses e extraordinariamente sempre que necessário;
- h) Criar e extinguir comissões para colaborarem no desenvolvimento das atividades;
- i) Elaborar o Regimento Interno da MISSÃO RESGATE DA PAZ;
- j) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e o Regimento Interno da MISSÃO RESGATE DA PAZ;
- k) Zelar pelo patrimônio da MISSÃO RESGATE DA PAZ;

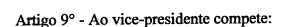
Artigo 8°- Compete ao Presidente;

- a) Convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e reuniões da Diretoria Executiva;
- b) Presidir todas as Assembléias e reuniões;
- c) Abrir contas em agências bancárias oficiais e/ou privadas e movimentá-las assinando cheques e outros documentos necessários juntamente com o 1° Tesoureiro;
- d) Autorizar o pagamento das despesas da Associação visando os respectivos documentos, juntamente com a assinatura do 1º Tesoureiro e se necessário com aquiescência do Conselho Fiscal;
- e) Representar a MISSÃO RESGATE DA PAZ ativa e passivamente em juízo ou fora dele, podendo constituir procuradores, ou para outros fins, com poderes específicos, quando julgar necessário;
- f) Firmar convênios, contratos e acordos;
- g) Articular-se com entidades do Estado de Goiás e de todo o País, a fim de obter cooperação e ajuda de qualquer natureza;
- h) Apresentar em Assembléia Geral o relatório de sua gestão, bem como a respectiva prestação de contas no final de cada ano;
- i) Receber subvenções ou contribuições, fazendo o correspondente recibo em nome da MISSÃO RESGATE DA PAZ.
- j) Diante de necessidade premente da MISSÃO RESGATE DA PAZ, contratar empregados, isso após apreciação da Assembléia Geral;
- k) Demitir empregados.









- a) Substituir o Presidente em todas as suas faltas e impedimentos;
- b) Exercer as funções que lhe forem atribuídas;
- c) Colaborar ativamente com todo trabalho da Diretoria Executiva e dos demais órgãos e Comissões da MISSÃO RESGATE DA PAZ.

Artigo 10° - Ao 1° Secretário compete:

- a) Secretariar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e todas as reuniões transcrevendo em livros próprios as devidas atas;
- b) Redigir as correspondências expedidas pela MISSÃO RESGATE DA PAZ;
- c) Receber, responder e arquivar as correspondências enviadas à MISSÃO RESGATE DA PAZ;
- d) Manter atualizada a correspondência ordinária e outras;
- e) Elaborar as carteiras sociais, bem como os diplomas a serem concedidos aos sócios mencionados no art.19°;
- f) Redigir os despachos, portarias, deliberações, resoluções e os demais atos administrativos emanados da Diretoria Executiva, transcrevendo-os em livros próprios quando for o caso.

Artigo 11° - Ao 2° Secretário compete:

- a) Substituir o 1° Secretário em suas faltas e impedimentos;
- b) Exercer as atividades que lhe forem atribuídas
- c) Colaborar ativamente com todo trabalho da Diretoria Executiva e dos demais órgãos e Comissões da MISSÃO RESGATE DA PAZ.

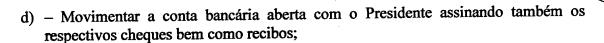
Artigo 12° - Ao 1° Tesoureiro Compete:

- a) Arrecadar, controlar e contabilizar as contribuições dos sócios, rendas de qualquer tipo, donativos em dinheiro ou espécie, mantendo em dia a escrituração;
- b) Efetuar os pagamentos e autorizar as despesas, sempre assinando os cheques e as autorizações juntamente com o presidente;

c) – Apresentar relatórios da receita e despesa mensalmente e sempre que forem solicitados e, anualmente para composição da contas da Diretoria Executiva:







- e) Fornecer previsões de orçamento financeiro;
- f) Manter em ordem e atualizados os livros de escrituração contábil.
- g) Colaborar ativamente com todos os trabalhos da Diretoria Executiva e dos demais órgãos e Comissões da MISSÃO RESGATE DA PAZ.

Artigo 13° - Ao 2° Tesoureiro compete:

- a) Substituir o 1° Tesoureiro em suas faltas e impedimentos;
- b) Exercer as funções que lhe forem atribuídas.
- c) Colaborar ativamente com todo o trabalho da Diretoria Executiva e dos demais órgãos e Comissões da MISSÃO RESGATE DA PAZ.

Artigo 14° - Compete ao Diretor Social:

- a) Promover formas para unir os internos, dando-lhes recreações culturais e desportivas;
- b) Coordenar comissões que poderão ser criadas com o fim de desenvolver os diversos trabalhos a níveis sociais, culturais, desportivos, profissionalizantes e espirituais.
- c) Colaborar ativamente com todo o trabalho da Diretoria Executiva e dos demais órgãos e Comissões da MISSÃO RESGATE DA PAZ.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO FISCAL E ATRIBUIÇÕES

Artigo 15° - O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, sendo o seu presidente eleito entre os membros efetivos.

Artigo 16° - Ao Conselho Fiscal compete:

- a) Apreciar a regularidade dos atos de gestão financeira, bem como as contas anuais da Diretoria;
- b) Decidir sobre aceitação de doações, heranças e legados que importem em ônus para a MISSÃO RSGATE DA PAZ.







- c) -- Apreciar os balancetes e o balanço anual exarando os competentes pareceres técnicos;
- d) Outros assuntos financeiros submetidos a sua apreciação.

Artigo 17° - Os integrantes da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembléia Geral Ordinária para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos e sem direito a qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções, salvo quando os mesmos servirem integralmente à MISSÃO RESGATE DA PAZ e forem aprovados em Assembléia por 2/3 dos sócios de conformidade com o art. 18.

Parágrafo único – A MISSÃO RESGATE DA PAZ, não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto;

TÍTULO IV

CAPÍTULO I

DOS SÓCIOS E RESPONSABILIDADE

Artigo 18° - A MISSÃO RESGATE DA PAZ é constituída por número ilimitado de sócios distribuídos em diversas categorias, a saber:

- I Fundadores: os que assinarem a Ata da fundação;
- II Contribuintes: os que propuserem a contribuir regularmente com taxas fixadas pela administração;
- III Honorários: aqueles que tiverem prestado serviços relevantes a MISSÃO RESGATE DA PAZ, conforme critério da Diretoria Executiva;
- IV Beneméritos: são os que, em juízo da Assembléia Geral ou por proposta da Diretoria Executiva prestem ou tenham prestado relevantes serviços à MISSÃO RESGATE DA PAZ;
- V Correspondentes: são os sócios que prestam colaboração à MISSÃO RESGATE DA PAZ, porém moram em outros pontos do território nacional ou em outro país.
- Parágrafo 1º Para admissão de novos sócios será aprovada pela Diretoria;
- Parágrafo 2º -Podendo filiar-se a Missão Resgate da Paz, pessoas de ambos os sexos, residente em nossa área de atuação, após aprovação da Diretoria.

Artigo 19° - O Sócio será excluído do quadro social:

a) - Quando contrariar as normas desse estatuto e do Regimento Interno;







- b) Por ato da Diretoria Executiva, quando sua conduta for incompatível com os fins da MISSÃO RESGATE DA PAZ após, no mínimo 02 (duas) notificações pessoais concedendo-lhe ampla oportunidade de defesa;
- c) Quando desejar.
- d) A exclusão do associados, só e admissível havendo justa causa, poderá também ocorrer se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada pela maioria absoluta dos presentes a Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim

Parágrafo Único - Decretada a exclusão, caberá sempre recurso à Assembléia Geral.

CAPÍTULO II

DOS SÓCIOS - DEVERES E PRERROGATIVAS

Artigo 20° - São deveres dos Sócios;

- a) Cumprirem o presente Estatuto e o Regimento Interno da Associação;
- b) Comparecerem às Assembléias e às reuniões para as quais forem convocados;
- c) Desempenharem com zelo os cargos e missões que lhes forem confiados;
- d) Efetuarem em tempo hábil, o pagamento da contribuições individuais, desde que não seja considerado isento;
- e) Colaborarem nos trabalhos da MISSÃO RESGATE DA PAZ, apresentando idéias, sugestões, temas e assuntos de interesses gerais e tudo o que for benéfico ao desenvolvimento dessa Associação;
- f) Aceitarem incumbências que lhe forem atribuídas, participando de diferentes comissões técnicas de estudo e de trabalhos.

Parágrafo 1° - Os sócios Beneméritos, Honorários, Correspondentes e Fundadores e não poderão ser votados, exceto se forem, também, sócios Contribuintes;

Parágrafo 2° - Para gozar de qualquer dos direitos acima enumerados é necessário que os sócios se encontrem quites com suas atribuições sociais.

Artigo 21° - São direitos dos Sócios:

- a) Votarem e serem votados;
- b) Apresentarem sugestões de atividades à Diretoria Executiva;







c) – Participarem das promoções de caráter social, assistencial da Associação MISSÃO RESGATE DAPAZ.

TÍTULO V

CAPÍTULO ÚNICO

DO PATRIMÔNIO

Artigo 22° - O patrimônio da MISSÃO RESGATE DA PAZ é constituída de:

a) Bens móveis e imóveis adquiridos;

b) Bens móveis transferido em caráter definitivo, por pessoas naturais e jurídicas;

c) Doações, legadas ou transferidas de fundações de pessoas jurídicas ou naturais, situadas no exterior.

Artigo 23° - Constituem recursos naturais da Missão Resgate da Paz:

Contribuição de participantes diversos, de mensalidades, anuidades, rendas advindas de promoções realizadas pelo grupo.

Parágrafo Único- Constituem recursos financeiros da Missão Resgate da Paz:

- a) Contribuições financeiras oriundas de convênios, acordo ou contratos;
- b) Subvenções e auxílios estabelecidos pelos poderes públicos;

TÍTULO VI

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 24° - Os sócios não responderão solidária nem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Associação MISSÃO RESGATE DA PAZ.

Artigo 25° - Este Estatuto só poderá ser alterado por Assembléia Extraordinária convocada pelo Presidente, especialmente para este fim, conforme mencionado no artigo 5°.

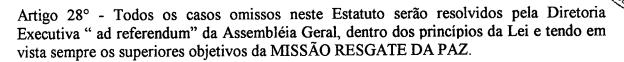
Artigo 26° - Essa Associação denominada MISSÃO RESGATE DA PAZ só poderá ser dissolvida pela aprovação de 2/3 de seus Sócios, reunidos em Assembléia Geral. Parágrafo Ùnico - Em caso de dissolução ou extinção dessa Associação denominada MISSÃO RESGATE DA PAZ, o eventual patrimônio remanescente será destinado a uma entidade congênere devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou a uma entidade pública, a critério da instituição.

Artigo 27° - Esta Associação aplica integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

JA P







Artigo 29° - O presente Estatuto entrará em vigor depois de registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas desta Comarca.

Goiânia, 08 de Ogesto de Ims.

SEBASTIÃO PAULO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

LIZ MARILIA GUEDES VECCI MENDONÇA Advogado – OAB – GO. 19.249

> Liz Marilla Guedes Vecci Mendaga OAB - GO 19249









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADO DE GOIÁS

O PODER DA CIDADANIA

Data do Processo: 27/03/2013 Nº do Processo:2013001110

Interessado: DEP. FRANCISCO JÚNIOR

Origem: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - GO

Autor: DEP. FRANCISCO JÚNIOR

N°: PROJETO DE LEI N° 35 - AL

Assunto: PROC PARLAMENTAR

Sub-assunto: PROJETO

Observação:

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A MISSÃO RESGATE DA PAZ, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA-GO.



PROJETO DE LEI Nº 35

DE 7 DE mar go

DE 2013.

APROVADO FRELIMINARMENTE A PUBLICAÇÃO E, POSTERIOPMENTE A COMISSÃO DE CONST., JUSTIÇA E REDAÇÃO , 03 /20/13: EM JUDICIANO

"Declara utilidade pública a entidade que especifica."

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos constantes no art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a MISSÃO RESGATE DA PAZ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 02.574.493/0001-07, com sede no município de Goiânia-GO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, EM

DE

2013.

FRANCISCO JR

Deputado Estadual

mail: francisco inniar@accomblaic ac acu be





JUSTIFICATIVA

O objetivo do presente projeto é a Declaração de Utilidade Pública da MISSÃO RESGATE DA PAZ e traz em sequência toda documentação necessária para tal, preenchendo os requisitos legais para sua aquisição.

A referida entidade, ao longo dos anos de atividade, vem prestando relevantes serviços à comunidade, atuando nas áreas de prevenção contra o uso de drogas, prestar assistência à mulheres, crianças e adolescentes viciadas em drogas, álcool e ou prostituição, visando torna-las estáveis, sólidas e saudáveis.

São estas, pois, as razões pelas quais levo a presente questão para discussão e deliberação dos nobres pares, a respeito da qual, pela relevância e oportunidade da matéria, conto com o apoio dos Nobres Colegas.

FRANCISCO/JR

Deputado Estadual

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



PROCESSO N°

: 2013001110

INTERESSADO

: DEPUTADO FRANCISCO JÚNIOR

ASSUNTO

: Declara de utilidade pública a Missão Resgate da Paz

CONTROLE : RPROC

RELATÓRIO PRELIMINAR

Versam os autos sobre projeto de lei apresentado pelo ilustre Deputado Francisco Júnior com vistas a obter a declaração de utilidade pública da Missão Resgate da Paz, entidade civil, sem fins lucrativos, sediada no Município de Goiânia/GO.

A entidade em comento atua na área de prevenção ao uso de drogas, bem como prestando assistência a mulheres, crianças e adolescentes viciados em drogas, álcool e na prostituição.

Para que uma entidade seja declarada de utilidade pública a Lei nº 7.371, de 20 de agosto de 1971, exige que os membros de sua diretoria não sejam remunerados. No entanto, no art. 17 há previsão no sentido dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal poderem ser remunerados se servirem integralmente à Associação. Assim, esse artigo 17 do Estatuto precisa ser retificado.

Para a regularização do pedido, em cumprimento às demais exigências da mencionada Lei, a entidade deve ainda comprovar que seu Estatuto Social foi registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, bem como apresentar o atestado de efetivo funcionamento, assinado por autoridade pública local (preferencialmente promotor de justiça ou, não sendo possível, juiz ou delegado), tendo em vista que na declaração de fl. 05 não consta a data em que foi emitida.



Assim, converto meu voto em diligência, a fim de que o nobre parlamentar, autor da proposta, providencie a documentação solicitada. Após, cumprida a formalidade, retornem-me os autos.

É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em Mexibul

de 2013

DEPUTADO ADEMIR MENEZ

Relator

Lcp/Cbp

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova o parecer do

Relator CONVERTENDO EM DILIGÊNCIA.

Processo No_

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Presidente:

ESTATUTO DA MISSÃO RESGATE DA PAZ

TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO



DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS e OBJETIVOS.

Artigo 1°- A MISSÃO RESGATE DA PAZ, á uma Associação Assistencial Beneficente Evangélica, de caráter civil, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica própria e com duração indeterminada, com sede na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, na Rua Izildinha, Fazenda Retiro, Chácara nº144, Setor Sítio de recreio Ipê, CEP: 74.681-500 fundada aos 22 dias do mês de maio do ano de 1998, que tem por objetivos, atuar na área de prevenção contra o uso de drogas, prestar assistência à mulheres, crianças e adolescentes viciadas em drogas, álcool e ou prostituição, visando torná-las estáveis, sólidas e saudáveis, e reger-se-á pelo presente Estatuto, e por seu Regimento Interno.

Artigo 2°- São fins da MISSÃO RESGATE DA PAZ:

- a) Desenvolver atividades assistenciais nas áreas de um Centro de Recuperação, visando reintegrar à sociedade, especialmente pessoas do sexo feminino, através de ensino religioso à base de estudo bíblico, oração, educação moral, apoio pessoal, aconselhamento e saúde, adotando o regime de internato se necessário for, após triagem;
- b) Promover todos os meios possíveis para que as pessoas do sexo feminino sem condições econômicas ou familiares, que aprovadas na fase de triagem e se submeterem às normas do regime de internato, adquiram meios de se libertarem dos vícios, podendo, inclusive, virem acompanhadas de seus filhos menores, desde que obedecidas as normas legais vigentes;
- c) Dar assistência social a crianças, adolescentes e mulheres, através de orientação, seminários, cursos, apoio familiar, sempre visando a estruturação, ajustamento e bom funcionamento da família;
- d) Promover a obtenção de recursos financeiros para subsistência da própria instituição, podendo, inclusive, pleitear e receber ajuda de pessoas jurídicas públicas e privadas, bem como de pessoas físicas no âmbito municipal, estadual e federal;

 e) – Programar atividades sócio-culturais para os assistidos através de aulas de saúde, nutrição e etiqueta, trabalhos manuais e domésticos bem como exercícios físicos;







ALEGO

f) — Divulgar as experiências da MISSÃO RESGATE DA PAZ, promovendo palestras em locais públicos, escolas, universidades, etc, atuando na conscientização e prevenção ao uso de drogas.

TÍTULO II

CAPÍTULO I

DA ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Artigo 3°- A estrutura da Associação denominada MISSÃO RESGATE DA PAZ será integrada pelos seguintes órgãos:

- I Assembléia Geral;
- II Diretoria Executiva;
- III Conselho Fiscal.

CAPÍTULO II

DA ASSEMBLÉIA GERAL E SUAS ATRIBUIÇÕES

Artigo 4°- A Assembléia Geral é constituída dos associados regulamente registrados, e em dia com suas obrigações sociais, cabendo-lhes a voz e o direito ao voto, sendo os assuntos deliberados e aprovados por 50% + 1(cinqüenta por cento mais um) dos presentes, podendo ser instalada em 1° chamada com 50% + 1(cinqüenta por cento mais um) dos associados ou 30(trinta) minutos, após em 2° chamada com qualquer numero de membros. A Assembléia Geral é o órgão máximo de deliberação, sendo o seu poder de decisão soberano e abrange a todas as questões relativas. As Assembléias poderão ser Ordinárias e Extraordinárias.

Parágrafo Primeiro – As reuniões da Assembléia Geral, são dirigidas pelo Presidente da Missão Resgate da Paz, sendo convocada pelo Presidente ou por 1/5 (hum quinto) dos associados, com no mínimo 15 dias de antecedência.

Artigo 5°- A Assembléia Geral é órgão de deliberação superior e lhe compete:

- a) Eleger a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, com mandato de 02 (dois) anos com direito à reeleição;
- b) Apreciar as contas anuais da Diretoria Executiva, após exame do Conselho Fiscal;
- c) Conceder mediante proposta da Diretoria Executiva os títulos dos sócios beneméritos e honorários:

Consulte em http://exb.ajudicial:tjgo.jús.b





- d) Outros assuntos de interesse da MISSÃO RESGATE DA PAZ, submetidos a sua apreciação pelo Presidente, ou a requerimento de 1/5 dos sócios, fundadores e contribuintes.
- e) Destituir os administradores e alterar o estatuto com voto concorde de 2/3 (dois terços), dos presentes á Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar em 1º chamada sem a maioria absoluta dos associados ou com menos de 1/3 (hum terço) nas convocações seguintes

CAPÍTULO III

DA DIRETORIA EXECUTIVA - ATRIBUIÇÕES

Artigo 6°- A Administração da MISSÃO RESGATE DA PAZ será exercida por uma diretoria composta dos seguintes cargos:

- a) Presidente
- **b**)
- c) Vice-presidente
- d) 1° Secretário
- e) 2° Secretário
- f) -1° Tesoureiro
- g) -2° Tesoureiro
- h) Diretor Social

Artigo 7°- Compete à Diretoria Executiva:

- a) Dirigir e coordenar as atividades da Associação:
- b) Gerir recursos financeiros de acordo com os presentes estatutos;
- c) Elaborar plano orçamentário de aplicação de recursos de acordo com as normas estabelecidas pela Assembléia Geral;
- d) Aprovar e divulgar entre os associados os balancetes mensais da receita e despesa;
- e) Cumprir e fazer cumprir a determinações das Assembléias Gerais e reuniões;
- f) Elaborar o calendário das atividades dessa Associação e difundi-lo entre os seus associados;





- g) Reunir-se ordinariamente a cada 02 (dois) meses e extraordinariamente sempre que necessário;
- h) Criar e extinguir comissões para colaborarem no desenvolvimento das atividades;
- i) Elaborar o Regimento Interno da MISSÃO RESGATE DA PAZ;
- j) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e o Regimento Interno da MISSÃO RESGATE DA PAZ;
- k) Zelar pelo patrimônio da MISSÃO RESGATE DA PAZ;

Artigo 8°- Compete ao Presidente;

- a) Convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e reuniões da Diretoria Executiva;
- b) Presidir todas as Assembléias e reuniões;
- c) Abrir contas em agências bancárias oficiais e/ou privadas e movimentá-las assinando cheques e outros documentos necessários juntamente com o 1° Tesoureiro;
- d) Autorizar o pagamento das despesas da Associação visando os respectivos documentos, juntamente com a assinatura do 1º Tesoureiro e se necessário com aquiescência do Conselho Fiscal;
- e) Representar a MISSÃO RESGATE DA PAZ ativa e passivamente em juízo ou fora dele, podendo constituir procuradores, ou para outros fins, com poderes específicos, quando julgar necessário;
- f) Firmar convênios, contratos e acordos;
- g) Articular-se com entidades do Estado de Goiás e de todo o País, a fim de obter cooperação e ajuda de qualquer natureza;
- h) Apresentar em Assembléia Geral o relatório de sua gestão, bem como a respectiva prestação de contas no final de cada ano;
- i) Receber subvenções ou contribuições, fazendo o correspondente recibo em nome da MISSÃO RESGATE DA PAZ.
- j) Diante de necessidade premente da MISSÃO RESGATE DA PAZ, contratar empregados, isso após apreciação da Assembléia Geral;
- k) Demitir empregados.







Artigo 9° - Ao vice-presidente compete:

- a) Substituir o Presidente em todas as suas faltas e impedimentos;
- b) Exercer as funções que lhe forem atribuídas;
- c) Colaborar ativamente com todo trabalho da Diretoria Executiva e dos demais órgãos e Comissões da MISSÃO RESGATE DA PAZ.

Artigo 10° - Ao 1° Secretário compete:

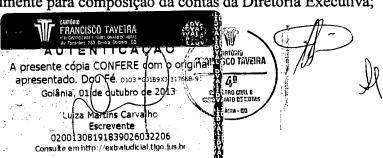
- a) Secretariar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e todas as reuniões transcrevendo em livros próprios as devidas atas;
- b) Redigir as correspondências expedidas pela MISSÃO RESGATE DA PAZ;
- c) Receber, responder e arquivar as correspondências enviadas à MISSÃO RESGATE DA PAZ;
- d) Manter atualizada a correspondência ordinária e outras;
- e) Elaborar as carteiras sociais, bem como os diplomas a serem concedidos aos sócios mencionados no art.18°;
- f) Redigir os despachos, portarias, deliberações, resoluções e os demais atos administrativos emanados da Diretoria Executiva, transcrevendo-os em livros próprios quando for o caso.

Artigo 11° - Ao 2° Secretário compete:

- a) Substituir o 1° Secretário em suas faltas e impedimentos;
- b) Exercer as atividades que lhe forem atribuídas
- c) Colaborar ativamente com todo trabalho da Diretoria Executiva e dos demais órgãos e Comissões da MISSÃO RESGATE DA PAZ.

Artigo 12° - Ao 1° Tesoureiro Compete:

- a) Arrecadar, controlar e contabilizar as contribuições dos sócios, rendas de qualquer tipo, donativos em dinheiro ou espécie, mantendo em dia a escrituração;
- b) Efetuar os pagamentos e autorizar as despesas, sempre assinando os cheques e as autorizações juntamente com o presidente;
- c) Apresentar relatórios da receita e despesa mensalmente e sempre que forem solicitados e, anualmente para composição da contas da Diretoria Executiva;





- d) Movimentar a conta bancária aberta com o Presidente assinando também os respectivos cheques bem como recibos;
- e) Fornecer previsões de orçamento financeiro;
- f) Manter em ordem e atualizados os livros de escrituração contábil.
- g) Colaborar ativamente com todos os trabalhos da Diretoria Executiva e dos demais órgãos e Comissões da MISSÃO RESGATE DA PAZ.

Artigo 13° - Ao 2° Tesoureiro compete:

- a) Substituir o 1° Tesoureiro em suas faltas e impedimentos;
- b) Exercer as funções que lhe forem atribuídas.
- c) Colaborar ativamente com todo o trabalho da Diretoria Executiva e dos demais órgãos e Comissões da MISSÃO RESGATE DA PAZ.

Artigo 14° - Compete ao Diretor Social:

- a) Promover formas para unir os internos, dando-lhes recreações culturais e desportivas;
- b) Coordenar comissões que poderão ser criadas com o fim de desenvolver os diversos trabalhos a níveis sociais, culturais, desportivos, profissionalizantes e espirituais.
- c) Colaborar ativamente com todo o trabalho da Diretoria Executiva e dos demais órgãos e Comissões da MISSÃO RESGATE DA PAZ.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO FISCAL E ATRIBUIÇÕES

Artigo 15° - O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, sendo o seu presidente eleito entre os membros efetivos.

Artigo 16° - Ao Conselho Fiscal compete:

- a) Apreciar a regularidade dos atos de gestão financeira, bem como as contas anuais da Diretoria;
- b) Decidir sobre aceitação de doações, heranças e legados que importem em ônus para a MISSÃO RSGATE DA PAZ.







- c) -- Apreciar os balancetes e o balanço anual exarando os competentes pareceres técnicos;
- d) Outros assuntos financeiros submetidos a sua apreciação.

Artigo 17° - Os integrantes da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembléia Geral Ordinária para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos e sem direito a qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

Parágrafo único – A MISSÃO RESGATE DA PAZ, não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto;

TÍTULO IV

CAPÍTULO I

DOS SÓCIOS E RESPONSABILIDADE

Artigo 18° - A MISSÃO RESGATE DA PAZ é constituída por número ilimitado de sócios distribuídos em diversas categorias, a saber:

- I Fundadores: os que assinarem a Ata da fundação;
- II Contribuintes: os que propuserem a contribuir regularmente com taxas fixadas pela administração;
- III Honorários: aqueles que tiverem prestado serviços relevantes a MISSÃO RESGATE DA PAZ, conforme critério da Diretoria Executiva;
- IV Beneméritos: são os que, em juízo da Assembléia Geral ou por proposta da Diretoria Executiva prestem ou tenham prestado relevantes serviços à MISSÃO RESGATE DA PAZ;
- V Correspondentes: são os sócios que prestam colaboração à MISSÃO RESGATE DA PAZ, porém moram em outros pontos do território nacional ou em outro país.
- Parágrafo 1º Para admissão de novos sócios será aprovada pela Diretoria;
- Parágrafo 2º -Podendo filiar-se a Missão Resgate da Paz, pessoas de ambos os sexos, residente em nossa área de atuação, após aprovação da Diretoria.
- Artigo 19° O Sócio será excluído do quadro social:
 - a) Quando contrariar as normas desse estatuto e do Regimento Interno;





- b) Por ato da Diretoria Executiva, quando sua conduta for incompatível com os fins da MISSÃO RESGATE DA PAZ após, no mínimo 02 (duas) notificações pessoais concedendo-lhe ampla oportunidade de defesa;
- c) Quando desejar.
- d) A exclusão do associados, só e admissível havendo justa causa, poderá também ocorrer se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada pela maioria absoluta dos presentes a Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim

Parágrafo Único - Decretada a exclusão, caberá sempre recurso à Assembléia Geral.

CAPÍTULO II

DOS SÓCIOS - DEVERES E PRERROGATIVAS

Artigo 20° - São deveres dos Sócios;

- a) Cumprirem o presente Estatuto e o Regimento Interno da Associação;
- b) Comparecerem às Assembléias e às reuniões para as quais forem convocados;
- c) Desempenharem com zelo os cargos e missões que lhes forem confiados;
- d) Efetuarem em tempo hábil, o pagamento da contribuições individuais, desde que não seja considerado isento;
- e) Colaborarem nos trabalhos da MISSÃO RESGATE DA PAZ, apresentando idéias, sugestões, temas e assuntos de interesses gerais e tudo o que for benéfico ao desenvolvimento dessa Associação;
- f) Aceitarem incumbências que lhe forem atribuídas, participando de diferentes comissões técnicas de estudo e de trabalhos.
- Parágrafo 1° Os sócios Beneméritos, Honorários, Correspondentes e Fundadores e não poderão ser votados, exceto se forem, também, sócios Contribuintes;
- Parágrafo 2° Para gozar de qualquer dos direitos acima enumerados é necessário que os sócios se encontrem quites com suas atribuições sociais.

Artigo 21° - São direitos dos Sócios:

- a) Votarem e serem votados;
- b) Apresentarem sugestões de atividades à Diretoria Executiva;







c) - Participarem das promoções de caráter social, assistencial da Associação MISSÃO RESGATE DAPAZ.



TÍTULO V

CAPÍTULO ÚNICO

DO PATRIMÔNIO

Artigo 22° - O patrimônio da MISSÃO RESGATE DA PAZ é constituída de:

- b) Bens móveis transferido em caráter definitivo, por pessoas naturais e jurídicas;
- c) Doações, legadas ou transferidas de fundações de pessoas jurídicas ou naturais, situadas no exterior.

Artigo 23º - Constituem recursos naturais da Missão Resgate da Paz:

Contribuição de participantes diversos, de mensalidades, anuidades, rendas

advindas de promoções realizadas pelo grupo. Parágrafo Unico-Constituem recursos financeiros da Missão Resgate da Paz:

- a) Contribuições financeiras oriundas de convênios, acordo ou contratos;
- b) Subvenções e auxílios estabelecidos pelos poderes públicos;

TÍTULO VI

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 24° - Os sócios não responderão solidária nem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Associação MISSÃO RESGATE DA PAZ.

Artigo 25° - Este Estatuto só poderá ser alterado por Assembléia Extraordinária convocada pelo Presidente, especialmente para este fim, conforme mencionado no artigo 5°.

Artigo 26° - Essa Associação denominada MISSÃO RESGATE DA PAZ só poderá ser dissolvida pela aprovação de 2/3 de seus Sócios, reunidos em Assembléia Geral. Parágrafo Unico - Em caso de dissolução ou extinção dessa Associação denominada MISSÃO RESGATE DA PAZ, o eventual patrimônio remanescente será, a critério da Instituição, destinado a uma entidade sem fins lucrativos, congênere ou a uma entidade

Artigo 27° - Esta Associação aplica integralmente suas rendas, recursos e eventual pública. resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no

território nacional.





P

Artigo 28° - Todos os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva " ad referendum" da Assembléia Geral, dentro dos princípios da Lei e tendo em vista sempre os superiores objetivos da MISSÃO RESGATE DA PAZ.

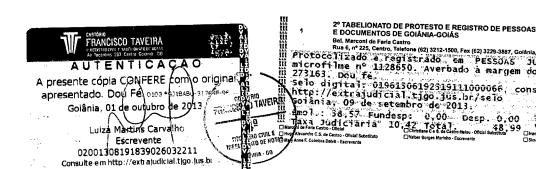
Artigo 29° - O presente Estatuto entrará em vigor depois de registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas desta Comarca.

Goiânia, 06 de MARÇO de 2013.

SEBASTIÃO PAULO DE OLIVEÍRA
PRESIDENTE

LIZ MARILIA GUEDES VECCI MENDONÇA Advogado – OAB – GO. 19.249

2mrtd 09/09/13 Prot.: 1128650





Ata da Assembléia Geral Extraordinária da MISSÃO RESGATE DA PAZ realizada no dia seis de Março do ano dois mil e treze no Templo da QUARTA IGREJA BATISTA DE GOIÂNIA (IGREJA BATISTA DA PAZ), sito à Avenida Independência nº 4.565, Centro, Goiânia-GO. O presidente, Sebastião Paulo de Oliveira inicia a Assembléia, em segunda convocação, às 20:30 hs. (vinte horas e trinta minutos) e lê a ordem do dia: a)Recebimento de Letícia Aparecida Pereira como sócia; b) Alteração do Estatuto Artigo 1º onde lê-se o endereço de sede da Missão Resgate da Paz. A alteração do endereço dá novo texto ao artigo: "A MISSÃO RESGATE DA PAZ, é uma Associação Assistencial Beneficente Evangélica, de caráter civil, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica própria e com duração indeterminada, com sede na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, na Rua Izildinha, Fazenda Retiro, Chácara nº 144, Setor Sítio de Recreio Ipê, CEP: 74681-500, fundada aos 22 dias do mês de maio do ano de 1998, que tem por objetivos, atuar na área de prevenção contra o uso de drogas, prestar assistência à mulheres, crianças e adolescentes viciadas em drogas, álcool e ou prostituição, visando torná-las estáveis. sólidas e saudáveis, e reger-se-á pelo presente Estatuto, e por seu Regimento Interno." c) Alteração do Estatuto Artigo 26º Parágrafo único. Onde lê-se "Em caso de dissolução ou extinção dessa Associação denominada MISSÃO RESGATE DA PAZ, o eventual patrimônio remanescente será destinado a uma entidade congênere devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou a uma entidade pública, a critério da instituição." Conforme legislação atual em vigor sugere-se alteração para o texto a seguir: "Em caso de dissolução ou extinção dessa Associação denominada MISSÃO RESGATE DA PAZ, o eventual patrimônio remanescente será, a critério da Instituição, destinado a uma entidade sem fins lucrativos congênere ou a uma entidade pública." d) Alteração do Estatuto Artigo 17. Onde lê-se: "Artigo 17° - Os integrantes da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembléia Geral Ordinária para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos e sem direito a qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções, salvo quando os mesmos servirem integralmente à MISSÃO RESGATE DA PAZ e forem aprovados em Assembléia por 2/3 dos sócios de conformidade com o art. 18." Sugere-se alteração para o texto a seguir: "Artigo 17° - Os integrantes da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembléia Geral Ordinária para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos e sem direito a qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções."As pautas foram submetidas uma a uma a apreciação do plenário, que contou com a presença de vinte e três associados e votou favorável às propostas sugeridas, bem como aprovou o novo Estatuto Consolidado. Resultando ao final novo texto ao Estatuto da Missão Resgate da Paz. Esgotada a ordem desta Assembléia e não havendo nada mais a ser tratado foi encerrada as 21:50hs (vinte e uma hora e cinquenta minutos). Eu, Mara Selva Braz Teodoro, primeira secretária que a tudo presenciei lavro a presente ata que após lida e aprovada será devidamente assinada por mim, pelo presidente e pela vice-presidente. Goiânia, 06 de Março de 2013

Sebastião Paulo de Oliveira

PŘESIDENTE

Liz Manilia Guedes Vecci Mendonça Vide-Presidente e advogada OAB GO, 19.249

Mará Selva Braz Teodoro PRIMEIRA SECRETÁRIA



Consulte eminity.//extrajudiciai.tjgo.jus.bi

2º TABELIONATO DE PROTESTO E REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS DE GOIÁNIA-GOIÁS
Bel. Marconi de Faria Castro
Rua 6 nº 225, Contro, Telefono (62) 3212-1500, Fax (62) 3229-3887, Golánia, Golás - www.2prtd.ppm.br -1

Rus 6 nº 225 Contro, Telefono (62) 3212-1500, Fax (62) 3229-3887, Golánia, Golás - w Protoccilizado e registrado em PESSUAS JURIDIC mi crofiline nº 11/28650. Averbado à margem do regi microfilme n°-11-28650 Ave.

273163 D60 fe
55elo digital: -0.196130619231911.1000066; consulting the consulting translation of the consulting translation of





Ilustríssimo Senhor Oficial do 2º Tabelionato de Protestos e Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos de Goiânia, Goiás.

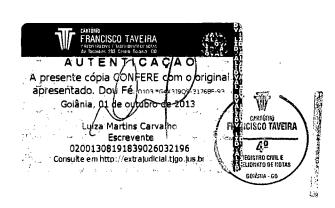
Sebastião Paulo de Oliveira, brasileiro, casado, pastor evangélico, portador da CI, sob nº M2707181, expedida pela SSP-MG, e do CPF, sob nº 432.777.056-68,domiciliado na Avenida Tocantins número 1184, lote 02, quadra 37, apartamento 301, Edifício Isabel, Setor Aeroporto, Goiânia, Goiás, CEP: 74074-100, representante legal da Pessoa Jurídica de direito privado denominada MISSÃO RESGATE DA PAZ, com sede na Rua C-34 quadra 10 lote 14 Jardim América, Goiânia Goiás, CEP: 74.265-240 vem, à presença de V.S.ª, requerer que se digne mandar averbar, o seguinte documento: Estatuto Social. (com suas alterações) Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Goiânia (GO), 03/ Junho/ 2013

Sebastian Paulo de Oliveira

Presidente



ALEGO 35

LISTA DE PRESENÇA DOS ASSOCIADOS NA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DA MISSÃO RESGATE DA PAZ DE SEIS DE MARÇO DE 2013.

	LISTA DE PRESENÇA DOS ASSOCIADOS NA ASSEMBLÉIA	FOLHAS
	EXTRAORDINÁRIA DA MISSÃO RESGATE DA PAZ	13/10 /
	DE SEIS DE MARÇO DE 2013.	FOLHAS TO THE POLITICAL PROPERTY OF THE POLI
	D. A.	adoria
01	Mixella Soura Bittercours Teclina	
02	EQUALDO VIEIRA BORGES	
03	Karla Kristhing Borges Alres a Silva	
04	Weber da Conceição Vliveira	l
05	Sullen Praob de Souza gumarais	
06	Mônica Parroira Monica	
07	Deboral Bittencourt mendes Silves	
08	Paulo Roberto Sousa Madureira.	
09	Marton Rubia da Silya Mario Madureira.	
10	Horlo Noron Soller	
11	Rita de Cársia terreira	1
12	Theydon huza de Olivera.	
13	Maria Danta Rodrigues	
14	Hiadna Faluro de Olibiere	
15	Pholyne Goncalies Guimaraes	1128650
16	Kennon Toollow Herder.	1.54 4.44
17	Clara Selva Braz Teadoro	4.2
18	Adriana Pardoso de Souse.	Prot.
19	foer Marilia Guides Vicci, Mindonça	
20	Missistas Pould de ODE	/60/
21	Tratico Amerida Legro /	2prtd 09/09/13
22	Hanning B. da Coch	, ta
23	Strully Clarky Kara	4
24		_
25		_
26		_
27		

Goiânia, 06 de Março de 2013 **EAULO** DE OLIVEIRA SEBASTA RESIDENTE





01	Acela Wenningkamp
02	Adriana Cardoso De Souza
03 ,	Adrielly Fontes Leal
04	Alberta Da Costa S. Souto
05	Ana De Albuquerque Teodoro
06	Andréa Aurora Guedes Vecci
07	Andréia Alves Mendonça Cândido
08	Anne Stela Sena Santos
09	Ariadna Faleiro De Oliveira
10	Andréia Cristina Almeida da Silva
11	Carlos Aparecido Morgado
12	Cibele Maria P. Gomes
13	Clenio Francisco Da Silva
14	Daniel Pires Do Nascimento
15	Débora Bittencout Mendes Silva
16	Eduardo Vieira Borges
17	Eide A. Santos E Lima
18	Elaine Gomes Pereira Dias
19	Elcilene Barros De Souza Borges
20	Eliane Valadares Zago
21	Erivelton Pascoal Teixeira
22	Fabrizia Moreira Dos Santos
23	Fernanda Terra De Castro Collicchio
24	Gabriela Suzel Guerini
. 25	Halyne Gonçalves Guimarães
26	Hortêncio Mendonça Junior
27	Israelle Camila Gomes
28	Izabel Cristina Reis Dos Santos Teles
29	Karla Novais Salles
30	Karla Cristhina Borges Alves e Silva
31	Lara Cristina Pereira Da Silva Pacheco
32	Laura Maria Mendonça Carvalho
33	Liz Marília Guedes Vecci Mendonça
34	Luzia Rodrigues Rosa
35	Mara Selva Braz Teodoro
36	Maria Das Graças Teodoro
37	Maria Dos Santos Justino Morgado
30	Maria Helena Rodrigues

Maria Santa Rodrigues

39





2rtd 09/09/13 Prot.: 1128650



Relação de Associados da Missão Resgate da Paz em 06/03/2013

	1
40	Marizeth R. Silva
41	Marta Rubia Da Silva Mario Madureira
42	Maurizacc J Buzain
43`	Monica Parreira Araújo
44	Osvaldo Daher
45	Paulicelle Nunes Dos Santos
<u>4</u> 6	Paulo Roberto Sousa Madureira
47	Priscilla Souza Bittencourt Pereira
48	Raimundo Barros Da Costa
49	Ralph Hayachida De Carvalho
50	Raquel Luiza De Jesus Costa
51	Renan Teodoro Mendes
52	Ricardo Bolentine Dutra
53	Ricardo Collicchio
54	Rita De Cassia Ferreira
55	Roberto Da Silva Oliveira
56	Sebastião Paulo De Oliveira
57	Sherydan Luiza De Oliveira
58	Simone Do Nascimento
59	Suellen Prado De Souza Guimarães
60	Sylvio Soares E Silva Junior
61	Valdecy Pereira De Melo Furquim
62	Vanessa Furquim Pereira
63	Weber Da Conceição Oliveira

Letícia Aparecida Pereira (aceita na Assembléia de 06/03/2013)

64

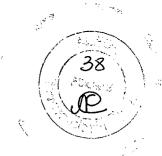
Sepastião Paulo de Oliveira

Presidente









EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Missão Resgate da Paz No uso de suas atribuições legais, Resolve:

Convocar os associados da Missão Resgate da Paz, para uma Assembléia Extraordinária a ser realizada no dia 06 (SEIS) de Março do presente ano, com início às 20:00h em primeira chamada, e a segunda chamada às 20:30h, na IV Igreja Batista de Goiânia, situada na Av. Independência nº 4.565, Setor Central, Goiânia/GO, conforme o Capítulo II., Artigo IV, do estatuto desta Instituição. Visando assim os seguintes assuntos:

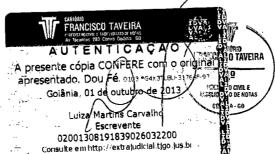
1°. Recebimento de sócios;

4: x :

- 2º. Alteração do Estatuto artigo 1º referente a mudança de endereço;
- 3°. Alteração do Estatuto artigo 26°;
- 4°. Alteração do Estatuto Artigo 17°.

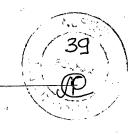
Goiânia, 11 de Fevereiro de 2013.

SEBASTIÃO PAULO DE OLIVEIRA PRESIDENTE



2rtd 09/09/13 Frot.: 1128650





Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA							
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.574.493/0001-07 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCI CADAS	O DATA DE ABERTURA 22/05/1998					
NOME EMPRESARIAL MISSAO RESGATE DA PAZ							
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NO	ME DE FANTASIA)						
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIMDA 94.93-6-00 - Atividades de	associações de defesa de direitos s DES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS organizações associativas ligadas à ociativas não especificadas anterio	ı cultura e à arte					
LOGRADOURO R C-34		I HOWELLO	COMPLEMENTO QUADRA 10, LOTE 14				
1 000	NRRO/DISTRITO ARDIM AMERICA	MUNICÍPIO GOIANIA	UF GO				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/05/1998				
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL							
SITUAÇÃO ESPECIAL			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL				

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **06/12/2013** às **09:01:51** (data e hora de Brasília). Voltar

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 06/12/2013



PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE GOIANIA 7ª VARA CRIMINAL



DECLARAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

Eu, Oscar Oliveira Sá Neto, 2º Juiz de Direito da 7ª Vara Criminal da Comarca de Goiânia, atesto que a Missão Resgate da Paz CNPJ 02.574.493/0001-07, localizada à Rua C-34, Qd 10, Lt 14 - CEP.:74.265-240- Setor Jardim América, Goiânia, foi fundada no ano de 1998 e funciona regularmente nos últimos cinco anos.



Goiânia, 12 de março de 2013.

Oscar Oliveira Sá Neto 2º Juiz de Direito da 7ª Vara Criminal Comarca de Goiânia-GO PROCESSO Nº

: 2013001110

INTERESSADO

: DEPUTADO FRANCISCO JÚNIOR

ASSUNTO

: Declara de utilidade pública a Missão Resgate da Paz,

com sede no Município de Goiânia - GO.

CONTROLE

: RPROC

RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de lei apresentado pelo ilustre Deputado Francisco Júnior, com vistas a obter a declaração de utilidade pública da Missão Resgate da Paz, entidade civil, sem fins lucrativos, sediada no Município de Goiânia/GO. A Associação em comento atua na área de prevenção ao uso de drogas, bem como prestando assistência a mulheres, crianças e adolescentes viciados em drogas, álcool e na prostituição.

Ao analisar os autos, vê-se que a diligência requerida fora cumprida, atendendo o presente projeto de lei todos os requisitos estabelecidos pela Lei n.º 7.371, de 20/08/71, quais sejam: personalidade jurídica constituída, com inscrição no CNPJ (fl.39), declaração de efetivo funcionamento, prestada por autoridade pública local (fl.40) e comprovação de que os membros da diretoria não são remunerados pelos serviços prestados, através de previsão no próprio estatuto (fl. 12, art. 17).

Destarte, percebe-se que o presente projeto de lei não apresenta qualquer inconstitucionalidade ou ilegalidade, merecendo, tão-somente, alterações de natureza técnico-legislativa, objetivando padronizar as redações dos projetos de lei desta Casa, mediante a adoção do seguinte substitutivo:

"SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 35, DE 07 DE MARÇO DE 2013.

Declara de utilidade pública a entidade que especifica.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

GOIÁS, nos termos do artigo 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1° Fica declarada de utilidade pública a associação MISSÃO RESGATE DA PAZ, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n° 02.574.493/0001-07, com sede no Município de Goiânia- GO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em

de

de 2013.

FRANCISCO JÚNIOR DEPUTADO ESTADUAL"

Logo, adotado o presente substitutivo, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 06 de

de 2014.

Deputado ADEMIR MENEZES

RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova o parecer do Relator FAYORÁVEL A MATERIA



Processo Nº /// / 3
Sala das Comissões Deputado Solon Amaral / 2014. Presidente

APROVADO EM 120 SÃO E VOTAÇÃO 4, 06 /20 SÓ





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS Alameda dos Buritis, n.231, Setor Oeste, Goiânia-GO, CEP 74.019-900 Telefones: (62) 3221-3022 Fax: 3221-3375 Síte: www.assembleia.go.gov.br

Oficio nº 545 - P

Goiânia, 06 de junho de 2014.

A Sua Excelência o Senhor Governador do Estado de Goiás MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

Senhor Governador,

Encaminho a Vossa Excelência, para os devidos fins, o incluso autógrafo de lei nº 203, aprovado em sessão realizada no dia 05 de junho do ano em curso, de autoria do nobre **Deputado FRANCISCO JR**, que declara de utilidade pública a entidade que especifica.

Atenciosamente,

Deputado HELDER VALIN

-\PRESIDÆN/TE -





AUTÓGRAFO DE LEI Nº 203, DE 05 DE JUNHO DE 2014. LEI Nº , DE DE DE 2014.

Declara de utilidade pública a entidade que especifica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a associação MISSÃO RESGATE DA PAZ, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 02.574.493/0001-07, com sede no Município de Goiânia-GO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 05 de junho de 2014.

Deputado HELDER VALIN
- PRESIDENTE -

se¢retário/

· 2º SECRETÁRIO

GOIÂNIA, TERÇA-FEIRA, 01 DE JULHO DE 2014

Estado de Goiás

ANO 177 - DIÁRIO OFICIAL/GO - Nº 21.864

SUPLEMENTO ATTOS DO PODER EXECUTIVO

1 FI № 18 574. DE 1º DE JULHO DE 2014.

Allera a Lei nº 16,136, de 26 de agosto de 2013. que institut o Bônus por Resultados no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos rmos do art. 10 de Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os dispositivos a seguir especificados, da Lei nº 18.136, de 28 de agosto de 2013, que institui o Bônus por Resultados no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hidricos, passem a vigorar com os errescimos e as modificações seguidos:

Art. 3

§ 2º Excepcionalmente, nos 4 (quatro) primeiros quadrimestres, observado o termo inicial da produção dos efeitos financeiros referidos no art. 11, o Bônus por Resultados será pago no valor de RS 800,00 (oltocersios realis) aos servidores referidos no art. 1º, desde que preenchidos os requisitos de pontusidade e assiduida a serem observados da seguinte forma:

grafo único. A primeira avallação de desempenho individual a ser realizada após a vigência do decrato referido no capul deste artigo poderá ser processada em pertodo inferior a um quadrimestre," (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em de Julia de 2014, 126º da República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

LEUNº 18 575, DE 1º DE JULHO DE 2014.

Declara de utilidade pública a entidade que

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos mos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinto Lei;

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO DE ASSISTÈNCIA SOCIAL BETUEL, inscrite no Cadastro Nacional da Pessoa Juridica (CNPJ) sob o nº 02.717.334/0001-06, com sede no Municipio de

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua public

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em de julho de 2014, 126º da República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

LEI Nº 18.576, DE 1º DE JULHO DE 2014.

Concede titulo de cidadania que específica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS. termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fice concedido a EURIDES DIONISIO JUNIOR o Título Hono rifico de Cidadão Golano

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiánia, l' de IUIAO de 2014, 126º de República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

LEI Nº 18.577, DE 1º DE JULHO DE 2014.

Declara de utilidade pública a entidade que

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOLÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica declarado de utilidado pública o IAR - INSTITUTO ANIOS DE RUA - PROTEÇÃO E AMPARO AOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, MEIO AMBIENTE E MINORIAS, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 07.584.005/0001-58, com sede no Municipio de Valgaraiso de Goiás-GO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua public

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em de julio de 2014, 125º da República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

LEI Nº 18.578, DE 1º DE JULHO DE 2014.

Declara de utilidade pública a entidade que esnacifica

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Let:

Art. 1º Fica dectarada de utilidade pública as OBRAS ASSISTENCIAIS DA LOJA MAÇÔNICA "7 DE SETEMBRO X" - MADRE GERMANA, inscrite no Cadestro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 08.519.053/0001-25, com sede no Município de Aparecida de Golânia-GO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de aua publicação

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Golânia, l' de julio. de 2014, 126° da República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

I FI Nº 18.579. DE 1º DE JULHO DE 2014.

703 Dectara de utilidade pública a entidade que

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública e associação MISSÃO RESGATE DA PAZ, Inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 02.574.493/00D1-07, com sede no Município de Golània-GO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em de julho de 2014, 126º da República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

LEI Nº 18.580, DE 1º DE JULHO DE 2014.

move alterações na estrutura administrativa complementar descentralizada da Universidade Estadual de Golds - UEG.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada, na Universidade Estadual de Golás, uma

Unidade Complementar Descentralizada denominada Diretoria de Unidade Universitària de Porte 4

Art. 2ª Em decoméncia do disposto no art. 1º, fica criado o orrespondente cargo de provimento em comissão de Diretor de Unidade Universitária de Porte 4, Símbolo CDI-5.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Golânia, l' de julhe de 2014, 126° da República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

LEI Nº 18.581, DE 1º DE JULHO DE 2014.

Resinta os subsidios dos cargos de provin em comissão que específica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10. da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, passa a vigorar

*Art. 30-B. Os cargos de provimento am comissão de Diretor de Unidade Universitària, integrantes da estrutura organiza complementar da Universidade Estadual de Golàs, com os respectivos quantitativos e valores de subsidio, são os constantes do

CAMBOS DE PROPREZATO DE COMPREÃO						
(Management) Ac	7	CHENTHATING	DECORPORAÇÃO DESIGNO-			
DIRECTOR OF MINORING MINISTRAL	1	67	£480,500			
CHIEFICA DE CHICADE CHARLEST ÁNIA	1	*	T399,00			
COMPTON OR LANGUAGE SHEVE FORT AREA.	1	16	7,440,00			
DIRECTOR BY LINEAUE UNIVERSITATION	1.	-	7,744,86			

Art. 2º A partir da vigência desta Lei, não mais se aplicam aos argos de Diretor de Unidade Universitária, Portes 1, 2, 3, 4, os simbotos CDI-2. CDI-3, CDI-4, CDI-5, respectivamente, pravistos no Anexo II da Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Golânia, i de iulii9 de 2014, 126º da República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

LELNº 18.582, DE 1º DE JULHO DE 2014.

Institui, no âmbito da Secretaria de Estado de Ciência. Tecnologia e Inovação, o Bónus por Resultados que

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS. NOS termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e ou sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituido, no âmbito da Secretaria de Estado de Ciência. Tecnologia e Inovação, o Bônus por Resultados destinado a compensar e estimular os seus servidores na melhoria da qualidade das ações de execução das políticas de ciência, tecnologia e inovação do Estado e da promoção da educação profissional e tecnológica, bem como es de apolo necessárias à execução de tais ativida

§ 1º O Bánus por Resultados será concedido mensa: servidor ocupante de cargo de provimento efetivo e em comissão, bem como ao empregado público em efetivo exercício na SECTEC ou ali lotado, que atingir no ntnimo 70% (setenta por cento) de aproveitamento em Avaliação do Desempenho individual, realizada semestralmente

§ 2º As regras para a concessão do Bônus por Resultados de que trata este artigo serão definidas em decreto.

te, nos 2 (dois) primeiros meses, observada a vicáncia do decreto referido no 6 2º, o Bônus por Resultados será pago no percentual de 10% (dez por cento) do correspondente vencimento básico para os





Goiânia, 31 de julho de 2014.

Encaminhe-se para arquivamento, depois de gravada a sua tramitação no sistema de protocolo.

Rubens Bueno Sardinha da Costa Diretor Parlamentar